

PREENCHA SEU NOME COMPLETO E O SEU NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO

NOME:

Nº DE IDENTIFICAÇÃO:

0 2 6 1

CADERNO DE PROVAS

NÃO ABRA ATÉ SER AUTORIZADO PELO FISCAL DE SALA
LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

1. Preencha, nos campos apropriados deste Caderno de Provas e do Cartão de Respostas, os seus dados pessoais.

ATENÇÃO! Complete o campo **Número de Identificação** com seu Número de Inscrição, acrescentando zeros à esquerda como no exemplo abaixo (para Número de Inscrição 999):

Nº DE IDENTIFICAÇÃO:

0 2 6 1 0 0 0 9 9 9

No Cartão de Respostas, o quadro localizado na parte superior se destina à marcação do Número de Identificação, como na figura ao lado.

É proibida a colocação de qualquer outro tipo de identificação do candidato no Cartão de Respostas.

Parte fixa (pré-determinada) Número de Inscrição (Acrescentar zeros à esquerda)

0	2	6	1	0	0	0	9	9	9
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
6	6	6	6	6	6	6	6	6	6
7	7	7	7	7	7	7	7	7	7
8	8	8	8	8	8	8	8	8	8
9	9	9	9	9	9	9	9	9	9

2. Não destaque folhas deste Caderno de Provas, sem que seja instruído expressamente para tanto.

3. Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho, nem para texto definitivo de provas discursivas (aplicável às provas da Área de Direito).

4. Quando autorizado pelo fiscal de sala a iniciar o exame, abra este Caderno de Provas, conte suas folhas e verifique se o número apurado corresponde ao total de folhas indicado no rodapé. Caso este caderno esteja incompleto ou tenha qualquer outro defeito, solicite ao fiscal de sala que tome providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.

5. Não se comunique com outros candidatos, nem se levante sem a autorização do fiscal de sala.

6. No intervalo de duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação e ao preenchimento do Cartão de Respostas.

7. Transcreva as respostas das provas objetivas, utilizando caneta esferográfica azul ou preta, para o Cartão de Respostas, que será o único documento válido para a correção de questões objetivas.

8. O preenchimento do Cartão de Respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá preenchê-lo com seu Número de Identificação, observadas as seguintes orientações:

a) Não haverá substituição do Cartão de Respostas por erro do candidato, quando houver marcação rasurada, emendada, campo de marcação não preenchido integralmente ou que ultrapasse os limites do campo.

b) O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de qualquer outro modo, danificar o seu Cartão de Respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização da leitura óptica.

9. Ao terminar as provas, desloque-se até a mesa da fiscalização de sala, devolva este Caderno de Prova e o Cartão de Respostas, e deixe o local de provas em silêncio.

10. A desobediência a qualquer uma das instruções constantes no Edital do Processo Seletivo Público, neste Caderno de Provas, ou no Cartão de Respostas, poderá implicar na anulação das suas provas.

PROVA OBJETIVA (40 QUESTÕES)**GRUPO 1: DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO (20 QUESTÕES)**

1) Os direitos políticos, consoante expressa determinação constitucional e firme ensinamento doutrinário, não podem ser cassados, posto tratar-se de direito fundamental, portanto, impossível sua supressão *ad eternum*. Em que pese tais premissas, é correto afirmar que os direitos políticos podem ser cassados/suspensos em uma das seguintes hipóteses:

- a) Cancelamento da naturalização por decisão judicial condenatória ainda não transitada em julgado.
- b) Condenação em ação de reparação civil, na forma estatuída pelo Código Civil.
- c) Recusa de cumprir obrigação a todos imposta, ainda que satisfeita eventual prestação alternativa fixada em lei.
- d) Incapacidade civil relativa.
- e) Condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos.

2) Sobre o tema nacionalidade, conforme disposto na Constituição Federal, podem ser considerados brasileiros natos, exceto:

- a) Os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
- b) Os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.
- c) Os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira independentemente de virem a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
- d) Os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.
- e) Nenhuma das hipóteses anteriores.

3) Recentemente a Emenda Constitucional n.º 97 de 2017, como expressão do Poder Constituinte Derivado Reformador, trouxe modificações ao Capítulo V, do Título II da Constituição Federal, responsável por tratar dos partidos políticos. No que se refere à temática dos partidos políticos, pode-se afirmar que:

- a) É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, independentemente do resguardo da soberania nacional, do regime democrático, do pluripartidarismo e dos direitos fundamentais da pessoa

humana.

b) Os partidos políticos após receberem personalidade jurídica poderão, de imediato, exercer suas atividades, independente do registro de seus estatutos junto a qualquer órgão do Poder Judiciário.

c) Somente terão direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei, os partidos políticos que, de forma alternativa, obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 3% (três por cento) dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 2% (dois por cento) dos votos válidos em cada uma delas.

d) Aos partidos políticos não é conferida autonomia para definir sua estrutura interna e estabelecer regras sobre escolha, formação e duração de seus órgãos permanentes e provisórios.

e) Para o exercício de suas atividades finalísticas é dado aos partidos políticos receberem recursos financeiros de entidades ou governo estrangeiro.

4) Acerca da composição e atribuições do Ministério Público marque a alternativa correta:

a) O Ministério Público da União compreende o Ministério Público Federal, o Ministério Público Militar e o Ministério Público dos Estados.

b) A nomeação do Procurador-Geral da República dar-se-á mediante nomeação do Presidente da República, após aprovação por maioria absoluta do Senado Federal.

c) Não cabe ao Ministério Público, mas sim aos órgãos públicos competentes por suas correspondentes Procuradorias defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.

d) Ao Ministério Público não é dado requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, ainda quando indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais.

e) O Conselho Nacional do Ministério Público será composto unicamente por membros da carreira.

5) As normas de natureza constitucional, segundo clássica definição empregada no âmbito da Teoria da Constituição, podem ser classificadas, de acordo com seu grau de aplicabilidade, em normas de eficácia plena, contida e limitada. Considerando referida classificação, marque a alternativa incorreta:

- a) Normas de eficácia plena são aquelas que produzem efeitos imediatos, ou seja, desde sua publicação já têm

inaugurada a produção de seus efeitos, não demandando, para tanto, a edição de norma regulamentadora.

b) As normas constitucionais de eficácia limitada sujeitam a produção de seus efeitos à edição de norma regulamentadora, podendo-se citar como exemplo o art. 37, inc. VII, da CF/88, que trata sobre o direito de greve dos servidores públicos.

c) Podem ser mencionadas como características das normas de eficácia contida o fato de serem autoaplicáveis e não se sujeitarem a qualquer tipo de restrição, seja por lei, por outra norma constitucional ou conceito ético-jurídico indeterminado.

d) O art. 5º, inciso XIII da Constituição Federal, ao dispor que “é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer”, pode ser definido como norma de eficácia contida.

e) É correto afirmar que as normas de eficácia limitada possuem aplicabilidade indireta e reduzida.

6) No campo doutrinário subsistem inúmeras classificações no tocante às características guardadas pelas Constituições. Nesse sentido, considerando a Constituição Federal de 1988, é possível afirmar que pode ser enquadrada na seguinte definição:

- a) Rígida, Analítica e Dogmática.
- b) Semiflexível, formal e histórica.
- c) Semântica, rígida e costumeira.
- d) Sintética, formal e Normativa.
- e) Granítica, Imutável e outorgada.

7) Acerca do Poder Constituinte e suas diversas manifestações, todas as alternativas abaixo estão corretas, EXCETO:

- a) O Poder Constituinte Originário pode ser classificado como permanente, pois mesmo após sua atuação mediante a edição de uma nova ordem constitucional, ele permanece vivo.
- b) A edição de Constituições Estaduais pelos entes federativos podem ser conceituadas como expressão do Poder Constituinte Derivado Reformador.
- c) De acordo com a doutrina, o Poder Constituinte Derivado, também conceituado como de Segundo Grau, tem como características o fato de ser condicionado e limitado.
- d) Ao longo do tempo a CF/88 vem, constantemente, sofrendo emendas, sendo certo que tais alterações são oriundas do exercício do Poder Constituinte Derivado Reformador.
- e) O povo é o titular do poder, que o exerce diretamente ou mediante representantes eleitos, na forma da Constituição e da lei.

8) Sobre o tema Processo Legislativo, considerando o

regramento constitucional a seu respeito, é acertado afirmar que:

- a) A Constituição pode ser emendada mediante proposta de dois terços, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;
- b) É plenamente admissível proposta de emenda à Constituição que vise a abolir o voto direto e secreto;
- c) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa
- d) Inexiste impedimento constitucional para que medida provisória trate sobre assuntos destinados a lei complementar, devendo, apenas, atender aos requisitos de relevância e urgência.
- e) O Senado Federal, como regra, é a casa iniciadora das propostas legislativas em debate.

9) Compete à Justiça Federal de primeira instância processar e julgar, EXCETO:

- a) As revisões criminais e as ações rescisórias de seus julgados.
- b) Os crimes contra a organização do trabalho.
- c) Os mandados de segurança e os habeas data contra ato de autoridade federal, excetuados os casos de competência dos tribunais federais.
- d) A disputa sobre direitos indígenas.
- e) As causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho.

10) Sobre o tema Poder Judiciário, consoante dispõe a Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- a) O Superior Tribunal de Justiça é o órgão judicial competente para processar e julgar os Deputados e Senadores por crimes comuns;
- b) São órgãos do Poder Judiciário o Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público, na forma do art. 92 da CR/88;
- c) João é juiz no interior do Estado do Piauí, e, embora ocupe tal função, inexistem impedimentos para que se dedique à atividade partidária;
- d) Nos Tribunais com mais de vinte e cinco julgadores é permitida a constituição de órgão especial;
- e) Compete ao STF processar e julgar originariamente as ações que envolvam crimes políticos.

11) Entre os fundamentos da República Federativa do Brasil, não se encontra previsto de forma expressa:

- a) A soberania.
- b) A cidadania.

- c) A dignidade da pessoa humana.
- d) O pluralismo político.
- e) O Presidencialismo.

12) Não é órgão do Poder Judiciário:

- a) Os Tribunais e Juízes Militares.
- b) O Conselho Nacional de Justiça.
- c) Os Tribunais e Juízes Eleitorais.
- d) O Tribunal de Contas da União.
- e) Os Tribunais e Juízes do Trabalho.

13) O conflito positivo de competência entre um Juiz Federal de Seção Judiciária de Teresina/PI e um Juiz de Direito da Comarca de Campo Maior/PI será julgado pelo:

- a) Supremo Tribunal Federal.
- b) Superior Tribunal de Justiça.
- c) Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
- d) Tribunal de Justiça do Estado do Piauí.
- e) Conselho Nacional de Justiça.

14) São sempre bens da União, exceto:

- a) O mar territorial.
- b) Os recursos minerais, inclusive os do subsolo.
- c) As cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos.
- d) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.
- e) Os Cerrados.

15) Compete privativamente à União legislar, exceto sobre:

- a) Direito do trabalho.
- b) Direito eleitoral.
- c) Direito penal.
- d) Desapropriação.
- e) Educação e cultura.

16) São considerados poderes da administração pública, EXCETO:

- a) Poder Disciplinar.
- b) Poder Hierárquico.
- c) Poder Moderador.
- d) Poder Discricionário.
- e) Poder de Polícia.

17) A administração, no exercício de sua função fiscalizatória, verificou que determinado estabelecimento comercial violou disposição normativa ao construir um muro em certa via, que dificultava a passagem de transeuntes. Em função do exposto, ordenou que o dono do comercial promovesse a derrubada do muro até determinada data, no entanto, como aquele nada fez, a Administração, mediante a atuação de seus agentes, empreendeu sua demolição. Ao atuar dessa maneira, em nítida expressão do seu Poder de Império, encontra-se a Administração Pública no exercício de qual de suas prerrogativas?

- a) Eficiência.
- b) Autoexecutoriedade.
- c) Discricionariedade.
- d) Tipicidade.
- e) Formalidade.

18) Durante muito tempo questionou-se em sede doutrinária como se justifica a atuação do Estado na vida em sociedade, visto tratar-se de ente fictício, razão pela qual diversas teorias foram desenvolvidas ao longo do tempo a fim de responder como deve conceituada a relação entre o ente estatal e seus agentes públicos. A vista do exposto, assinale a opção que menciona a Teoria atualmente adotada como capaz de justificar a relação Estado-agente:

- a) Teoria do Órgão.
- b) Teoria do Mandato.
- c) Teoria da Representação.
- d) Teoria da Cegueira Deliberada.
- e) Teoria da Força Maior.

19) Pode ser apontada como fonte primária do Direito Administrativo:

- a) A doutrina.
- b) A jurisprudência.
- c) Os princípios gerais do direito.
- d) A lei.
- e) As súmulas não vinculantes.

20) A Administração Pública, em termos de organização e estruturação, pode ser concebida na forma Direta, composta por seus órgãos, e, Indireta, mediante a atuação de pessoas jurídicas instituídas especificamente para o desenvolvimento das atividades propriamente estatais. Nesses termos, marque a alternativa que representa qualquer das entidades da Administração Indireta:

- a) Secretaria da Receita Federal.
- b) Departamento da Polícia Federal.
- c) Secretária de Educação.
- d) Caixa Econômica Federal.
- e) Ministério da Saúde.

ESPAÇO EM
BRANCO

GRUPO 2: DIREITO CIVIL E PROCESSO CIVIL (10 QUESTÕES)**21) Sobre o tema Pessoas Naturais é correto afirmar:**

- a) São absolutamente incapazes aqueles que por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.
- b) São relativamente incapazes os menores de 16 (dezesseis) anos.
- c) a personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida, e, nesse sentido, a lei não contempla a hipótese de salvaguardar os direitos do nascituro desde a concepção.
- d) resta configurada a comoriência se dois indivíduos morrerem na mesma ocasião, embora constatado pelos meios técnicos disponíveis que um precedeu ao outro no óbito, devendo a sucessão patrimonial, nesse sentido, se operar como se ambos houvessem morrido simultaneamente.
- e) A menoridade cessa aos dezoito anos completos, contudo, cessará para os menores a incapacidade em decorrência do casamento, nos termos da lei.

22) No que tange aos negócios jurídicos, considerando o regramento estampado no Código Civil acerca dessa matéria, todas as proposições abaixo estão corretas, EXCETO:

- a) Considera-se Condição a cláusula que deriva exclusivamente da vontade das partes e subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto.
- b) São defeitos do negócio jurídico o erro, o dolo, a coação, o estado de perigo, a lesão e a fraude processual, além do encargo.
- c) Para que um negócio jurídico seja válido é necessário que o agente seja capaz, o objeto seja lícito, possível, determinado ou determinável e guarde a forma prescrita ou não defesa em lei.
- d) a impossibilidade inicial do objeto não invalida o negócio quando ocorrer sua cessação antes de realizada a condição a que estiver subordinado.
- e) Em regra, a validade de declaração de vontade não depende de forma especial.

23) Conforme lições doutrinárias e disposições legais acerca da temática Pessoa Jurídica, responda corretamente:

- a) A União é pessoa jurídica de direito público externo, assim como os estados estrangeiros e as pessoas regidas pelo direito internacional público.
- b) as pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos de seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano apenas, se houver, por parte destes, dolo.

- c) São pessoas jurídicas de direito privado, dentre outras, as associações, as sociedades, as fundações, os partidos políticos e as autarquias, inclusive as associações públicas.
- d) Consoante disposição legal, é livre a criação, a organização, a estruturação interna e o funcionamento das de organizações religiosas, sendo vedado ao poder público negar-lhes reconhecimento e/ou registro de seus atos constitutivos e necessários ao seu funcionamento.
- e) os partidos políticos se organização e funcionarão conforme dispuser seu estatuto, não cabendo à lei específica tratar dessa matéria.

24) Sobre os temas domicílio e classes de bens, assinale a alternativa correta:

- a) O menor de 16 (dezesseis) anos tem domicílio necessário, sendo este o mesmo que o do seu representante.
- b) ter-se-á por domicílio da pessoa natural que não tenha residência habitual o lugar em que seu ascendente mais próximo residir.
- c) Consideram-se imóveis as energias que tenha valor econômico.
- d) Tendo a pessoa natural diversos domicílios, deverá ser demandada naquele que resida há mais tempo.
- e) São consumíveis os bens móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.

25) De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), responda corretamente:

- a) A lei do país em que for domiciliada a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família.
- b) A lei nova que estabelecer disposições gerais ou especiais a par das já existentes, opera a revogação e a modificação da lei anterior.
- c) Em sendo a lei omissa, o juiz, em função da vedação ao *no liquet*, decidirá o caso de acordo com a analogia, a equidade e os princípios gerais do direito.
- d) Na aplicação da lei, o juiz é livre para interpretá-la, não tendo porque atender aos seus fins sociais ou às exigências do bem comum.
- e) Reputa-se coisa julgada o ato já consumado, segundo a lei vigente, ao tempo em que se efetuou.

26) O Código de Processo Civil ao tratar da matéria referente à competência traz disposições compostas por regras e exceções. Sobre esse tema, responda corretamente:

- a) A competência é determinada no momento do registro ou da distribuição da petição inicial, sendo relevantes

todas as modificações do estado de fato e de direito ocorridas posteriormente.

b) Tramitando o processo perante juízo diverso, os autos serão remetidos ao juízo federal competente se nele intervier a União, suas empresas públicas, sociedades de economia mista, entidades autárquicas e fundações, ou conselho de fiscalização de atividade profissional.

c) A ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis será proposta, em regra, no foro de domicílio do autor ou da situação do bem ou direito.

d) É competente o foro de domicílio do réu para as causas em que seja autora a União.

e) Em regra, em recaiando a demanda sobre direitos reais sobre imóveis, a ação deverá ser proposta no foro da situação da coisa, nada obstante, o autor pode optar pelo foro de domicílio do réu ou pelo foro de eleição mesmo se o litígio recair sobre direito de propriedade, vizinhança, servidão, divisão e demarcação de terras e de nunciação de obra nova.

27) Sobre Sujeitos do Processo, especificamente no que tange à capacidade processual, as alternativas a seguir apresentam correspondência com o regramento legal, COM EXCEÇÃO:

a) O juiz nomeará curador especial ao incapaz, se não tiver representante legal ou se os interesses deste colidirem com os daquele, enquanto durar a incapacidade.

b) O cônjuge necessitará do consentimento do outro para propor ação que verse sobre direito real imobiliário, ainda quando casados sob o regime de separação absoluta de bens.

c) A União será representada em juízo ativa e passivamente pela Advocacia-Geral da União, diretamente ou mediante órgão vinculado.

d) Uma vez constatada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o juiz suspenderá o processo e designará prazo razoável para que seja sanado o vício.

e) Será representado ou assistido, o incapaz, por seus pais, por tutor ou por curador, na forma da lei.

28) Acerca da Tutela Provisória assinale a opção correta:

a) O juiz não poderá determinar as medidas que considerar adequadas para efetivação da tutela provisória, dependendo sempre de requerimento pormenorizado da parte.

b) A tutela de evidência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

c) A tutela de urgência somente pode ser concedida após justificação prévia, jamais *inaudita altera pars*.

d) A tutela da evidência será concedida, mediante a efetiva demonstração de perigo de dano ou de risco ao

resultado útil do processo, quando ficar caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte.

e) A tutela provisória conserva sua eficácia na pendência do processo, mas pode, a qualquer tempo, ser revogada ou modificada.

29) Sobre as espécies de intervenção de terceiros previstas no Código de Processo Civil disponha:

a) É correto afirmar que o assistente simples atuará como auxiliar da parte principal, mas não exercerá os mesmos poderes nem se sujeitará aos mesmos ônus processuais que o assistido.

b) De acordo com o CPC, é possível a denúncia da lide por qualquer das partes àquele que estiver obrigado, por lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo de quem for vencido no processo.

c) Somente a pedido do Ministério Público poderá ser instaurado o incidente de desconsideração da personalidade jurídica, não gozando a parte de tal faculdade.

d) No que se refere ao chamamento ao processo pode-se afirmar que, o juiz ou o relator, considerando a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia, poderá, por decisão irrecorrível, de ofício ou a requerimento das partes ou de quem pretenda manifestar-se, solicitar ou admitir a participação de pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada, com representatividade adequada, no prazo de 15 (quinze) dias de sua intimação.

e) A assistência não será admitida em todo e qualquer procedimento, mas somente nos casos expressamente autorizados por lei, e, apenas nos feitos que tramitem em primeiro grau de jurisdição, recebendo o assistente o processo no estado em que se encontre.

30) Acerca do Ministério Público, da Advocacia Pública e da Defensoria Pública responda corretamente:

a) O Ministério Público atuará na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses e os direitos individuais disponíveis.

b) Incumbe à Advocacia Pública, na forma da lei, defender e promover os interesses públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como dos particulares que demandarem sua atuação, por meio da representação judicial, em todos os âmbitos federativos.

c) A Defensoria Pública gozará de prazo em quádruplo para todas as suas manifestações processuais.

d) Será o Ministério Público intimado para, no prazo de 30 (trinta) dias, intervir como fiscal da ordem jurídica nos processos que envolvam interesse público ou social, interesse de incapaz ou litígios coletivos pela posse de

terra rural ou urbana, além de outras hipóteses previstas em lei e na Constituição.

e) O membro do Ministério Público, em virtude de sua independência funcional, não será responsabilizado civil e regressivamente quando agir com dolo ou fraude no exercício de suas funções.

GRUPO 3: DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL (10 QUESTÕES)

31) Solicitar ou receber dinheiro ou qualquer outra utilidade, a pretexto de influir em juiz, jurado, órgão do Ministério Público, funcionário de justiça, perito, tradutor, intérprete ou testemunha caracteriza o seguinte delito:

- a) Fraude Processual.
- b) Exploração de Prestígio.
- c) Corrupção Ativa.
- d) Corrupção Passiva.
- e) Tergiversação.

32) Dar causa à instauração de investigação policial, de processo judicial, instauração de investigação administrativa, inquérito civil ou ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-lhe crime de que o sabe inocente caracteriza o seguinte delito:

- a) Denúnciação Caluniosa.
- b) Difamação.
- c) Calúnia.
- d) Falso Testemunho.
- e) Auto-acusação falsa.

33) Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, caracteriza o seguinte delito:

- a) Corrupção Ativa.
- b) Corrupção Passiva.
- c) Prevaricação.
- d) Concussão.
- e) Peculato.

34) Sobre a Suspensão Condicional do Processo prevista no art. 89 da Lei 9.099/95, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) aplica-se aos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano.
- b) Aplica-se apenas às contravenções penais.
- c) Não correrá a prescrição durante o prazo de suspensão condicional do processo.
- d) A suspensão será revogada se, no curso do prazo, o beneficiário vier a ser processado por outro crime ou não efetuar, sem motivo justificado, a reparação do dano.
- e) Expirado o prazo sem revogação, o Juiz declarará extinta a punibilidade.

35) Sobre a Transação Penal prevista no art. 76 da Lei

9.099/95, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Aplica-se aos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano.
- b) Aplica-se aos crimes em que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos.
- c) Não se admitirá a proposta se ficar comprovado ter sido o autor da infração condenado, pela prática de crime, à pena privativa de liberdade, por sentença definitiva.
- d) Não se admitirá a proposta se ficar comprovado ter sido o agente beneficiado anteriormente, no prazo de cinco anos, por outra transação penal.
- e) Caso o Ministério Público não proponha a transação ou se recuse a fazê-lo, deve fundamentar a sua manifestação, cabendo ao juízo, em caso de discordar do Ministério Público, remeter os autos ao Procurador Geral de Justiça, nos termos do art. 28 do CPP.

36) Deputado Federal é flagrado caçando animais silvestres dentro de Unidade de Conservação Federal. Conforme o entendimento mais recente do plenário do STF, o Deputado Federal deverá ser julgado pelo:

- a) Tribunal Regional Federal.
- b) Supremo Tribunal Federal.
- c) Juiz Federal de primeiro grau.
- d) Tribunal de Justiça Estadual.
- e) Superior Tribunal de Justiça.

37) Acusado no processo criminal que, citado ou intimado pessoalmente para qualquer ato, deixar de comparecer sem motivo justificado, ou, no caso de mudança de residência, não comunicar o novo endereço ao juízo, terá a seguinte consequência:

- a) O processo seguirá sem a presença do acusado, garantindo-se sempre o direito ao contraditório e à ampla defesa, por meio de advogado ou defensor público regularmente constituído.
- b) O processo será suspenso, por prazo indefinido, até que ocorra a localização do acusado
- c) Será decretada a prisão do acusado, automaticamente.
- d) O processo será arquivado.
- e) O processo será suspenso por até dois anos.

38) Sobre a PRISÃO PREVENTIVA, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Pode ser decretada em qualquer fase da investigação ou do processo criminal.
- b) A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública.
- c) A prisão preventiva poderá ser decretada por conveniência da instrução criminal.
- d) A prisão preventiva poderá ser decretada para assegurar a aplicação da lei penal.
- e) A prisão preventiva tem prazo máximo de 2 (dois) anos.

39) A legítima defesa é causa de:

- a) Exclusão de ilicitude.
- b) Exclusão de culpabilidade.
- c) Exclusão da tipicidade.
- d) Causa de diminuição da pena.
- e) É causa de extinção da punibilidade.

40) Sobre a prescrição, é correto afirmar:

- a) A prescrição pela pena em perspectiva (virtual) está consagrada no código penal.
- b) A prescrição regula-se somente pela pena em abstrato.
- c) A prescrição regula-se somente pela pena em concreto aplicada.
- d) A prescrição é causa de exclusão da ilicitude.
- e) São reduzidos pela metade os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de 21 (vinte e um) anos, ou, na data da sentença, maior de 70 (setenta) anos

ESPAÇO EM
BRANCO

PROVA DISCURSIVA (2 QUESTÕES)**Orientações:**

1. Destaque a folha de respostas às questões discursivas (não destaque a folha de rascunhos).
2. Preencha seu nome completo e seu Número de Identificação, conforme as instruções dadas na capa deste Caderno de Provas.
3. Para cada questão, é concedido um quadro individual, previamente determinado, com 30 linhas.
4. Escreva sua resposta a caneta, em cada quadro apropriado, com letra legível, não ultrapassando os espaços concedidos.
5. Atente para as normas gramaticais e a ortografia estabelecida no Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990. Serão observados os seus conhecimentos da Língua Portuguesa.
6. Não será concedida folha extra.

ESPAÇO EM BRANCO

RASCUNHO – NÃO DESTAQUE ESTA FOLHA

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO – NÃO DESTAQUE ESTA FOLHA

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

PREENCHA APENAS COM SEU NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO – DESTAQUE ESTA FOLHA

Nº DE IDENTIFICAÇÃO:

Questão I) Disserte sobre o papel do Ministério Público na persecução penal, abordando sobre o princípio da obrigatoriedade da ação penal, ou não, no Processo Penal Brasileiro. E, ainda, sobre a garantia individual absoluta, ou não, do princípio constitucional da presunção de inocência.

RESPOSTA À QUESTÃO I

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

ESPAÇO EM BRANCO

PREENCHA APENAS COM SEU NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO – DESTAQUE ESTA FOLHA

Nº DE IDENTIFICAÇÃO:

Questão II) Discorra sobre a medida de indisponibilidade de bens prevista na Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/1992, art. 7º), tratando, dentre outros pontos, da sua natureza jurídica, do seu objetivo, dos requisitos para a sua concessão e do recurso cabível contra a decisão que defira e indefira tal medida.

RESPOSTA À QUESTÃO II

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

ESPAÇO EM BRANCO